

NIVEIS DE DESENVOLVIMENTO DOS CONCELHOS DA REGIÃO NORTE DE PORTUGAL

Francisco José TERROSO CEPEDA
Instituto Superior Politécnico de Bragança - Portugal

1. Com vista ao atenuar progressivo das assimetrias regionais tiveram lugar, durante a execução do III Plano de Fomento (1968-73), um conjunto de ensaios sistemáticos de desenvolvimento regional planeado. Reconhecendo que *não obstante os progressos alcançados no desenvolvimento existem ainda, entre nós, como na generalidade dos países, certos desequilíbrios* ⁽¹⁾, o III Plano de Fomento dividiu o País - para efeitos de política de desenvolvimento - em quatro regiões no Continente e mais duas nas Ilhas dos Açores e da Madeira. Surgiram assim as denominadas Região Plano Norte, Centro, Lisboa, Sul, Açores e Madeira, que viriam mais tarde a transformar-se nas actuais Comissões de Coordenação Regionais.

Volvidos que foram 25 anos sobre a criação destes organismos - aos quais foram dadas progressivamente mais competências - seria expectável que os desequilíbrios espaciais referidos no III Plano de Fomento estivessem ultrapassados, ou, no mínimo, em vias de o serem.

Puro engano.

A Comissão das Comunidades Europeias, através da Direcção Geral das Políticas Regionais, publicava, no quarto relatório periódico relativo à situação socioeconómica e ao desenvolvimento das regiões do continente ⁽²⁾ um *ranking* das regiões da comunidade de harmonia com o PIB *per capita*, surgindo a Região Norte de Portugal (RNP) como a 3ª mais pobre da Comunidade (num total de 171), e a mais pobre de Portugal. ⁽³⁾

De posse de tão estranha informação, e sendo frequente considerar a RNP como a mais dinâmica, a que mais contribuía para a formação bruta de capital fixo, a mais vocacionada para a exportação, pareceu desde logo evidente que as assimetrias intra regionais se deveriam ter agravado, motivo pelo qual se explicaria eventualmente tal posição no *ranking*.

Com este pano de fundo definimos como objectivo geral do trabalho a estimação dos níveis de desenvolvimento dos 66 concelhos da RNP, permitindo este já razoável grau de desagregação espacial ⁽⁴⁾ a explicitação dos problemas específicos de cada um desses concelhos. Só a partir do conhecimento da realidade económica regional será possível elaborar um conjunto coerente de medidas com vista à redução das desigualdades espaciais intra regionais.

2. Quando se pretende estimar o nível de desenvolvimento concelhio há que seleccionar devidamente a técnica estatística a utilizar, uma vez tratar-se de um problema com abordagens multidimensionais. A tendência normal, nestes casos, é recolher o maior número de indicadores relacionados com o estudo que se pretende desenvolver, numa tentativa de não deixar perder qualquer informação que possa, ou se julgue, ser relevante.

O trabalhar com um grande número de indicadores, para além de dificultar o processo de análise, faz com que a informação daí decorrente seja, muitas vezes, redundante.

Daqui resulta a necessidade de aplicar *uma técnica que selecione variáveis ou combinações lineares delas, de acordo com um critério que permita conservar boa parte da informação inicial.* (5) Essa técnica, designada por Análise Factorial, origina representações menores - Componentes Principais (CP) - que mantêm grande percentagem da variância contida nos dados originais, apresentando-se como estatisticamente independentes o que muito facilita a sua interpretação. As CP, em número menor que as variáveis primitivas mas com uma percentagem elevada da dispersão destas, não contêm informação redundante, pelo que substituem as variáveis iniciais.

A utilização da técnica das CP pressupõe a definição prévia do elemento que vai ser objecto de estudo e das variáveis mais adequadas à sua caracterização.

O elemento a estudar, como já afirmámos, será o concelho, unidade espacial para a qual existe um conjunto significativo de indicadores-estatísticos. Foi aliás a inexistência de alguns desses indicadores que inviabilizou a possibilidade, inicialmente prevista, do elemento a estudar ser a Freguesia.

No que se refere às variáveis houve a preocupação de recolher aquelas que caracterizassem o grau de desenvolvimento dos concelhos *lato sensu*, vindo expressas em valores absolutos - o que permitia naturalmente hierarquizar os concelhos - ou relativos, possibilitando assim comparações inter concelhos. Começámos por trabalhar com as seguintes variáveis :

- Área do Concelho (AC)
- População Residente em 1991 (PR91)
- População > 64 Anos (PM64A)
- População < 16 Anos (PM16A)
- Saldo Fisiológico (SF)
- Índice de Poder de Compra Regional em 1991 (IPCR91)
- Alojamentos Com Água (ACA)
- Alojamentos Com Electricidade (ACE)
- Investimento Municipal (IM)
- Consumo de Energia Elétrica (CEE)
- Número de Médicos (NM)
- Número de Camas Hospitalares (NCH)
- Taxa de Analfabetismo (TA)
- Número de Veículos Ligeiros (NVL)
- Número de Telefones (NTEL)
- População Activa do Concelho na Agricultura (PACA)
- População Activa do Concelho na Indústria (PACI)
- População Activa do Concelho nos Serviços (PACS)
- Número de Desempregados (DES)
- Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)
- Valor Acrescentado Bruto (VAB)
- Índice de Edifícios Construídos (IEC)
- População Concelho na População Total Região (PCPTR)
- Densidade Populacional (DPOP)
- Popul. Que Trabalha em Empresas na Popul. Activa Concelho (PTEPAC)
- População Que Trabalha em Empresas Industriais (PTEI)
- População Que Trabalha em Empresas de Serviços (PTES)
- Variação Populacional 1991/70 (VP1991/70)

- Relação Activos Agrícolas Activos Não Agrícolas (RAAANA)
- Variação Populacional 1970/60 (VP1970/60)

3. Através do método de Análise das Componentes Principais foi possível extrair, a partir das variáveis iniciais, quatro factores principais. Eliminaram-se as variáveis que apresentavam índices de correlação inferiores a 0.25 e as que eram redundantes, com informação dada já por outras, sem que daí resultasse qualquer perda de profundidade e de riqueza da análise.

Os quatro factores obtidos ⁽⁶⁾ retêm 91,4% da variância total e apresentam valores próprios superiores ou muito próximos de 1 (Quadro I). Podemos assim dizer que os quatro factores são suficientemente representativos da informação utilizada.

QUADRO I

VARIÁVEIS	VALOR PRÓPRIO	VARIÂNCIA %	VARIÂNCIA ACUMULADA
PPCPTR	11.5844	60.97	60.97
NTEL	3.9450	20.75	81.73
PR91	0.9684	5.09	86.82
DPOP	0.8775	4.61	91.43
IEC	0.4047	2.11	93.55
DES	0.2943	1.54	95.09
CEE	0.2700	1.41	96.51
PTEPAC	0.1809	0.91	97.46
ACA	0.1290	0.67	98.13
PACA	0.0963	0.50	98.63
PACI	0.0775	0.40	99.03
PTEI	0.0683	0.35	99.38
PTES	0.0560	0.29	99.67
VP1991/70	0.0218	0.11	99.78
PACS	0.0152	0.08	99.87
RAAANA	0.0068	0.03	99.94
PPM64A	0.0037	0.02	99.98
PPM16A	0.0002	0.01	99.99
VP1970/60	0.0001	0.01	100.00

As correlações estabelecidas entre os quatro factores e as variáveis seleccionadas (Quadro II) permitem as seguintes afirmações:

a) O primeiro factor aparece correlacionado, de forma positiva e significativa, com as variáveis *população do concelho na população total da região* (0.9045), *número de telefones* (0.9698), *população residente em 1991* (0.8961), *densidade populacional* (0.9311), *índice de edifícios construídos* (0.6780), *número de desempregados* (0.8826), *consumo de energia eléctrica* (0.9752), *população que trabalha em empresas na população activa do concelho* (0.5349) e *alojamentos com água* (0.5606). Estas correlações levam-nos a relacionar este primeiro factor com a dimensão e o nível urbano dos concelhos.

QUADRO II

	Factor1	Factor2	Factor 3	Factor 4
PCPTR	0.9045	0.3225	0.2015	0.1052
NTEL	0.9698	0.0301	0.1550	-0.0381
PR91	0.8961	0.3386	0.2012	0.1131
DPOP	0.9311	0.0106	0.1275	0.0061
IEC	0.6780	0.5353	0.2736	0.0061
DES	0.8826	0.3501	0.2074	0.1164
CEE	0.9752	0.0742	0.1435	-0.0375
PTEPAC	0.5349	0.6754	0.3117	0.1084
ACA	0.5606	0.5667	0.4876	-0.0732
PACA	-0.4009	-0.6489	-0.5798	-0.2507
PACI	0.1759	0.8341	0.3179	0.3367
PTEI	0.1165	-0.9158	0.0444	0.2494
PTES	-0.0535	-0.9016	0.0304	-0.1827
VP199170	0.2097	-0.6527	0.5881	0.2791
PACS	0.5952	-0.1101	0.7365	-0.0708
RAAANA	-0.2311	-0.5004	-0.7188	-0.2616
PM64A	-0.2020	-0.5779	-0.3051	-0.6715
PM16A	-0.1762	0.2703	-0.0214	0.9270
VP197060	0.2664	0.5587	0.3525	0.5640

b) O segundo factor aparece correlacionado positivamente com as variáveis *população que trabalha em empresas na população activa do concelho* (0.6754), *alojamentos com água* (0.5667), *população activa do concelho na indústria* (0.8341), *população que trabalha em empresas industriais* (0.9158), e negativamente com as variáveis *população activa do concelho na agricultura* (-0.6489), *população que trabalha em empresas de serviços* (-0.9016) e *relação activos agrícolas activos não agrícolas* (-0.5004). Com base nestas correlações é possível afirmar que este factor reflecte os concelhos que apresentam actividades industriais, para além de um certo dinamismo demográfico como resulta da correlação positiva significativa que mantém com a *variação populacional 1991/70* (0.6527) e com a *variação populacional 1970/60* (0.5587).

c) As correlações que o terceiro factor apresenta, positivamente, com a *população activa do concelho nos serviços* (0.7365), e negativamente com a *população activa do concelho na agricultura* (-0.5798) e com a *relação activos agrícolas activos não agrícolas* (-0.7188) são suficientes para considerarmos este factor como indicador de actividades terciárias.

d) O quarto factor, ao estar relacionado positivamente com a *população maior de 16 anos* (0.9270) e a *variação populacional 1970/60* (0.5640) e negativamente com a *população maior de 64 anos* (-0.6715), aponta claramente para indicador do crescimento demográfico.

QUADRO III

CONCELHOS	Factor 1	Factor 2	Factor 3	Factor 4	IG
AMARRES	-1.395	0.043	-0.188	0.296	-1.2
BARCELOS	1.909	0.891	-0.638	0.357	2.5
BRAGA	4.046	1.308	0.598	0.038	5.8
CABEC. BASTO	-1.433	-0.657	0.038	0.308	-1.7
CELOR. BASTO	-1.289	-0.708	-0.008	0.473	-1.5
ESPOSENDE	-0.82	0.55	-0.418	0.2	-0.5
FAPE	-0.01	0.432	-0.648	0.146	-0.1
GUIMARRES	4.077	1.591	-0.828	0.109	4.9
POV. LANHOSO	-1.295	-0.146	-0.518	0.257	-1.6
TERRAS BOURO	-1.725	-0.438	-0.038	0.441	-2
VIEIRA MINHO	-1.126	-0.508	-0.2	0.257	-1.6
VN FAMILICAO	2.406	1.571	-0.898	0.166	3.3
VILA VERDE	-0.422	-0.174	-0.438	0.383	-0.6
ALFANDEGA PR	-1.82	-0.348	0.088	-0.368	-2.6
BRAGANCA	-0.517	0.011	0.848	-0.24	0.1
CARRAZEDA	-1.65	-0.88	-0.178	-0.289	-2.6
PREDO	-1.892	-0.73	0.298	-0.145	-2.5
MACEDO	-1.351	-0.468	0.208	-0.98	-1.7
MIRANDA	-1.705	-0.415	0.032	-1.017	-3.3
MIRANDELA	-1	-0.234	0.288	-0.222	-1.2
MOGADOURO	-1.272	-0.344	0.098	-0.493	-2.5
MONCORVO	-1.423	-0.438	0.208	-0.462	-2.7
VILA FLOR	-1.708	-0.35	0.048	-0.37	-2.6
VMIOSO	-1.756	-1.42	0.252	-0.228	-3.4
VINHAIS	-1.548	-0.628	0.388	-0.396	-2.2
AMARANTE	-0.02	0.199	-0.358	0.272	0.1
BAIAO	-1.337	-0.854	-0.224	0.078	-2.3
FELGURIRAS	-0.228	0.954	-0.848	0.251	0.1
QOZDOMAR	4.38	0.871	0.31	0.141	5.7
LOUSADA	-0.513	0.709	-0.658	0.548	0.1
MAIA	2.39	1.551	-0.208	0.074	4.1
MARCO	-0.324	-0.168	-0.398	0.427	-0.5
MATOSINHOS	5.66	1.547	0.208	-0.038	7.4
PACOS PERL	-0.326	1.167	-0.888	0.517	0.5
PAREDES	0.469	0.734	-0.548	0.638	1.3
PEINAFEL	0.197	0.385	-0.078	0.371	0.7
PORTO	10.141	1.247	1.49	-0.439	21.5
POVOA VARZ	0.493	0.960	-0.098	0.12	1.4
SANTO TIRO	3.178	1.473	-0.908	-0.11	3.6
VALONGO	1.732	1.285	0.143	0.21	3.4
VILA CONDE	0.857	1.001	-0.638	0.1	1.3
V. N. GAIA	9.635	1.082	0.334	-0.043	11
ARCOS VALD.	-1	-0.633	0.292	0.233	-1.1
CAMINHA	-1.402	0.268	0.115	-0.291	-1.3
MELGACO	-1.62	-0.556	0.207	-0.009	-2
MONCAO	-1.323	-0.338	-0.038	-0.042	-1.8
PAREDES COU.	-1.739	-0.713	-0.278	0.112	-2.6
PONTE BARCA	-1.592	-0.132	0.058	0.24	-1.4
PONTE LIMA	-0.67	-0.223	-0.228	0.366	-0.8
VALENCA	-1.388	0.348	-0.038	-0.275	-1.3
VIANA CAST.	-1.272	0.788	-0.008	-0.121	2.2
VN. CERVEIRA	-1.088	0.019	-0.138	-0.304	-2
ALDO	-1.514	-0.532	0.29	-0.323	-2
BOTICAS	-1.786	-0.701	0.831	-0.272	-1.9
CHAVES	-0.211	-0.27	0.36	-0.469	-0.6
MESSAO PRTO	-1.824	-0.816	0.201	-0.175	-2.6
MONDIM BASTO	-1.756	-0.502	-0.1	0.519	-1.8
MONTALBOTE	-1.289	-0.494	0.465	0.382	-0.9
MURCA	-1.79	-0.369	0.187	-0.454	-2.4
PESO REGUA	-1.238	-0.27	0.482	0.14	-0.9
RIBEIRA PENIA	-1.742	-0.77	0.284	-0.089	-2.3
SABROSA	-1.797	-1.378	0.329	-0.33	-3
SM. PENAGUIAO	-1.713	-0.643	0	-0.089	-2.4
VALPACOS	-1.276	-0.612	0.616	-0.226	-1.5
VILA POLUCA	-1.372	-0.879	-0.108	-0.037	-2.3
VILA REAL	-0.33	-0.166	0.686	-0.078	0.1

Afirmámos já que o objectivo central deste trabalho é obter um índice global que sirva de unidade de medida do nível de desenvolvimento dos concelhos da RNP. Daí a necessidade de obter a média ponderada dos quatro factores, a qual deverá ter em atenção o peso que cada um deles tem na explicação da variância total, havendo assim de multiplicar cada um deles pela raíz quadrada do seu valor próprio, ou seja :

$$ID = (\text{Factor 1} \times \sqrt{11.5844}) + (\text{Factor 2} \times \sqrt{3.9450}) + (\text{Factor 3} \times \sqrt{0.9684}) + (\text{Factor 4} \times \sqrt{0.8775})$$

Este indicador de desenvolvimento vai permitir-nos hierarquizar os diferentes concelhos com base na combinação das características *dimensão-nível urbano, actividades industriais e terciárias e crescimento demográfico*, características que são representativas do nível de desenvolvimento global. (Quadro III)

Com base nos índices de desenvolvimento (ID) encontrados agrupámos os concelhos da RNP em 6 classes (Quadro IV).

a) Dos concelhos que apresentavam ID negativos distinguimos entre os que apresentavam ID > -2 e ID entre -2 e 0. Embora todos estes concelhos estejam numa situação de total subdesenvolvimento, há que realçar pela negativa a posição daqueles com ID > -2, já que os indicadores principais apontam para valores nada consentâneos com os da Europa Comunitária.

b) Daqueles que apresentam ID positivo começámos por identificar os concelhos com valores compreendidos entre 0 e 2. Trata-se de concelhos com dificuldades de desenvolvimento, apresentando uma significativa perda de população e centros urbanos com dimensão reduzida. Apesar do ID positivo estes concelhos, mantendo-se as condições actuais, terão imensa dificuldade em gerar processos de desenvolvimento auto sustentado

c) Os concelhos com ID compreendido entre 2 e 4 apresentam-se com um certo dinamismo urbano, crescimento demográfico positivo e actividades industriais significativas, surgindo as actividades terciárias como um significativo constrangimento a um maior desenvolvimento.

d) Com ID maiores que 4 e menores que 6 surgem quatro concelhos com indicadores industriais significativos, ao mesmo tempo que apresentam um razoável dinamismo urbano, crescimento demográfico substancial e importantes actividades terciárias.

e) Apenas três concelhos apresentam ID > 6. Revelam uma dimensão e nível urbano significativos, para além de uma importante presença de actividades industriais e terciárias. Estes concelhos, tal como os quatro anteriores, são os mais desenvolvidos da RNP.

Da análise conjunta dos Quadros IV e V e do Mapa I é possível extrair as seguintes ilações:

i) A denominada RNP apresenta uma dualidade manifesta quanto a níveis de desenvolvimento: apenas 12 concelhos da região, com uma área de 11.6% e uma população de 57.6% do total, têm ID maiores que 2. A maioria dos concelhos da região (81.8%), com uma área de 88.4% e uma população de apenas 42.4%, aparece com índices de desenvolvimento preocupantes, sendo por demais visíveis os sinais de desertificação. Mesmo os concelhos com ID compreendidos entre 0 e 2 apresentam, tal como já referimos, dificuldade em manter processos de desenvolvimento sustentáveis, como se pode ver pela elévada quebra demográfica que se vem verificando e a baixa densidade populacional que apresentam.

QUADRO IV

CONCELHOS	ID > 1	ID (2, 0)	ID 10, 2	ID 11, 4	ID (4, 6)	ID > 4
AMARES		-1.2				
BARCELOS				2.5		
BRAGA					5.8	
CABEC. BASTO		- 7				
CELOR. BASTO		- 4				
ESPOSENDE		-1.5				
FAFE		-1.1				
QUIMARAZS					4.9	
POV. LANHOSO		- 6				
TERRAS ROURO		- 2				
VIEIRA MINHO		-1.6				
VN FAMILICAO				3.3		
VILA VERDE		-1.8				
ALPANDEGA FE	-2.6					
BRAGANCA			0.1			
CARRAZEDA	-2.6					
FREIXO	-2.3					
MACEDO		-1.7				
MIRANDA	-3.3					
MIRANDELA		-1.3				
MOGADOURO	-2.3					
MONCORVO	-2.7					
VILA FLOR	-2.6					
VIMIOSO	-2.4					
VINHAS	-2.2					
AMARANTE			0.1			
BAIAO	-2.3					
PELQUEIRAS			0.1			
GONDOMAR					3.7	
LOUSADA			0.1			
MAIA					4.1	
MARCO		-1.5				
MATOSINHOS						7.4
PACOS FERRE			0.5			
PAREDES			1.3			
PENAFIEL			-0.7			
PORTO						21.5
POVOA VARZ			1.4			
SANTO TIRESO				3.6		
VALONGO				2.4		
VILA COMDE			1.3			
V.N.GAIA						11
ARCOS VALD.		-1.1				
CAMINHA		-1.3				
MELGACD		-1				
MONCAO		-1.2				
PAREDES CDU.	-2.6					
PONTE BARCA		-1.4				
PONTE LIMA		-0.8				
VALENCA		-1.3				
VIANA CAST.				2.3		
VN.CERVEIRA		-1				
ALJÓ		-1				
BOTICAS		-1.9				
CHAVES		-2.6				
MESAO FRIO	-2.6					
MONDIM BASTO		-1.8				
MONTALBORB		-0.9				
MURCA	-2.4					
PIEDO RBOUA		-0.9				
RIBEIRA PENA	-2.3					
SABROSA	-1					
SM.PENAGULIAO	-2.4					
VALPACOS		-1.3				
VILA POUCA	-2.3					
VILA REAL			0.1			

QUADRO V

Categorias de IC	População	Nº de Concelhos	Área (%)	Despesas Médias	Variação Populacional		IC Médio
					1970/68	1991/70	
> 2	161 062 (5,3%)	17 (25,8%)	30,3%	30,2	-22,50%	-21,9 %	-2,6
[2, 0]	596 703 (19,6%)	27 (40,9%)	43,2%	107,5	-10,80%	-4,8 %	-1,3
[0, 2]	533 903 (17,5%)	10 (15,2%)	14,9%	572,0	6,40%	27,4 %	0,6
[2, 4]	483 480 (15,9%)	5 (7,6%)	6,5%	536,5	5,70%	31,4 %	3,0
[4, 6]	537 575 (17,7%)	4 (6,0%)	3,6%	893,5	11,20%	39,10%	5,1
> 6	730 096 (24,0%)	3 (4,5%)	1,3%	3 892,3	7,2 %	24,8 %	13,3

ii) Dos 17 concelhos que se encontram numa situação de subdesenvolvimento profundo (ID > -2) 15 pertencem aos distritos de Bragança e Vila Real, o que faz com que esta região tenha de ser tratada de uma forma diferente no que concerne à definição de uma eventual estratégia de desenvolvimento.

iii) Os 12 concelhos mais desenvolvidos (ID > 2) estão situados na orla litoral, o que mostra que o desenvolvimento na península ibérica manifesta uma certa tendência centrífuga.

4. Da análise efectuada ressalta, como principal conclusão, uma significativa dualidade de índices de desenvolvimento da RNP, resultado lógico de um modelo - dito de desenvolvimento - excessivamente centralizado, com pouca ou nenhuma intervenção regional. Um tal modelo é responsável pelo facto do país apresentar hoje uma zona litoral desenvolvida e uma outra interior com indicadores claros de subdesenvolvimento. Neste modelo, é bom não esquecer, o país esteve sempre dividido em regiões que iam do litoral ao interior, com a excepção pontual da região *Lisboa e Vale do Tejo*.

Parece não haver dúvidas que tal modelo não conduz ao desenvolvimento, entendido este como um processo que tende a igualizar as condições de acesso, de todos e de cada um, aos bens e serviços básicos, seja qual for o concelho de residência das pessoas.

Grandes obstáculos têm sido colocados à viabilização de uma política de desenvolvimento regional em Portugal, motivados, em parte, pelo facto do *centro* querer perpetuar o seu domínio e não estar minimamente interessado em perder um certo número de privilégios que teria de repartir pelas regiões da *periferia*. Continuam assim as regiões mais atrasadas do país a não conseguirem libertar-se do subdesenvolvimento. Por um lado, factores exógenos à sua vontade impedem o acesso ao desenvolvimento, como é o caso do comportamento das regiões do *centro*; por outro, factores endógenos relacionados com a resignação e o determinismo das suas populações - tantas vezes instigados por quem pretende perpetuar tais situações de injustiça - fazem com que não haja, nem se crie, uma forte consciencialização para o direito que lhes assiste de exigirem a erradicação da pobreza das suas terras, de lhes proporcionarem as mesmas oportunidades de emprego, de verem reduzidas as desigualdades de rendimento.

A consciencialização das pessoas, variável endógena de extrema importância, é uma das condições fundamentais para iniciar um correcto processo de regionalização, no qual se possa apoiar uma política de desenvolvimento regional. A consciencialização das populações, a sua adesão e participação no processo de regionalização, reveste-se de importância decisiva para o sucesso ou insucesso de tal processo.

É ponto assente e incontroverso que o desenvolvimento se destina ao Homem, a todos os Homens, independentemente dos locais onde vivem e dos problemas que tenham, por mais diversificados que sejam. A solução destes problemas, obriga a uma utilização dos recursos das diferentes regiões, devidamente inseridos em projectos correctamente concebidos, acompanhados desde a fase inicial pelos Homens neles directamente interessados, única forma de conseguir a sua participação e empenhamento. E aqui está, em síntese, a justificação do processo de regionalização.

Falámos em processo de regionalização. Trata-se, na verdade, de um autêntico processo de organização social, com fases que urge delinear com cautela, das quais pode resultar o êxito ou o fracasso da regionalização.

Após a consciencialização das pessoas para a problemática da regionalização e do desenvolvimento - condição *sine qua non* para o êxito deste processo - é necessário proceder à definição das unidades regionais e à elaboração do quadro institucional que defina as competências e atribuições, bem como os meios humanos e financeiros postos à disposição. As unidades regionais terão então absoluta necessidade da definição das

grandes opções da Política Regional já que a regionalização, como afirma Simões Lopes⁽⁷⁾ não é um fim em si mesma, antes é meio para servir e dar eficácia à Política de Desenvolvimento Regional.

A situação tão desigual dos concelhos da RNP, no que concerne aos ID, exige uma verdadeira regionalização que tenha por objectivo o desenvolvimento e não o simples mudar de polarização do crescimento.

Dissemos já que os concelhos correspondentes à antiga província de Trás-os-Montes apresentavam índices preocupantes de subdesenvolvimento, constituindo-se numa unidade espacial a exigir tratamento específico.

Como condição prévia e imprescindível a qualquer processo de transformação das estruturas da Região apontamos a conclusão urgente das diferentes vias de comunicação. Sem acessibilidades eficazes pensar desenvolvimento é pura ficção. Ainda como pré-requisito, e tal como afirmámos, deverá verificar-se uma regionalização que sirva de suporte a uma verdadeira política de desenvolvimento regional.

Numa síntese rápida podemos adiantar que a estratégia de desenvolvimento que preconizamos para Trás-os-Montes, obviamente integrada, terá como principal pivot e condicionante o Turismo nas suas diferentes vertentes, uma vez tratar-se do sector que apresenta as maiores vantagens comparativas potenciais para a região.

Há que saber vender o campo e a cidade, os parques naturais, as serras, os rios, a caça e a pesca, os produtos de excelência oriundas da agricultura, da pecuária, das agroindústrias e do artesanato, sem por em risco a manutenção e preservação de ambiente e recursos.

Há que olhar as poucas unidades industriais uma a uma, separadamente, ajudando-as a melhorar a gestão, a política comercial e financeira, a formação profissional adequada, o marketing, o associativismo, etc, dinamizando para o efeito os Gabinetes de Apoio Empresarial e criar *incubadoras* de empresas junto das estruturas de ensino superior local com vista à utilização das inovações tecnológicas resultantes da investigação aí realizada.

Há que ver a agricultura como um sector com alguns produtos de excelência, capaz de manter e preservar um Mundo Rural procurado por pessoas ávidas de sossego e paz, fornecedor de produtos de qualidade a segmentos importantes do turismo local, mantendo simultaneamente uma qualidade ambiental que continue a ser ímpar na Europa.

Há que formar profissionais competentes em diversos domínios e a diversos níveis que respondam à procura real da região, que conheçam a realidade regional e potenciem a sua qualidade, que tratem dos problemas com o profissionalismo que a sociedade pós industrial exige, acabar de vez com o amadorismo serdio que teima em perpetuar-se.

Só assim, julgo poder afirmar, Trás-os-Montes terá um Amanhã diferente do Ontem e do Sempre.

-
- (1) PRESIDENCIA DO CONSELHO - *III Plano de Fomento para 1968 - 1973*. Imprensa Nacional, Lisboa, 1968.
 - (2) COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS - *As Regiões Na Década de 1990*. Bruxelas, 1991.
 - (3) As restantes regiões - Alentejo, Algarve, Centro e Lisboa e Vale do Tejo - eram, respectivamente, as 5ª, 6ª, 11ª e 30ª mais pobres da Comunidade. As regiões dos Açores e Madeira não constam do ranking por não haver PIB *per capita* disponível.
 - (4) Não foi possível uma desagregação ao nível da Freguesia pela inexistência de alguns dados estatísticos imprescindíveis.
 - (5) Cf. HERRERO PRIETO, Luis - *La Distribucion De La Renta En Castilla Y Leon*. Universidad Internacional Alfonso VIII. Séria, 1992.
 - (6) Através da aplicação do método VARIMAX procedeu-se, posteriormente, à rotação ortogonal dos factores numa tentativa de os tornar mais explicativos e de minimizar o número de variáveis com peso significativo em cada factor.
 - (7) LOPES, A. SIMÕES - *Desenvolvimento Regional : Problemas e Estratégias Para Uma Política de Desenvolvimento em Portugal*. Lisboa, 1976.

BIBLIOGRAFIA

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS - As Regiões Na Década de 1990. Bruxelas, 1991.

HERRERO PRIETO , Luís - La Distribucion De La Renta En Castilla Y Leon. Universidad Internacional Alfonso VIII. Sória,1992.

LOPES, A. Simões - Desenvolvimento Regional : Problemas e Estratégias Para Uma Política de Desenvolvimento em Portugal. Lisboa, 1976.

MALLO, F. - Análises de Componentes Principales Y Técnicas Factoriales Relacionadas. Leon, 1985.

MELLA MARQUEZ, José Maria - La Depression Socioeconómica En La Comunidad Autónoma De Castilla Y Leon. 2º Congreso de Economía Regional de Castilla Y Leon. Leon, 1990.

PRESIDENCIA DO CONSELHO - III Plano de Fomento para 1968 - 1973. Imprensa Nacional. Lisboa,1968.

VILLARDON, J.L. Vicente e al - Los Metodos Multivariantes De Representacion Simultanea Como Técnicas De Inspeccion De Datos Economicos. 2º Congreso de Economía Regional de Castilla Y Leon. Leon, 1990.